



Maria Cristina Cescatto Bobroff. Nurse, PhD Professor in Health Sciences, State University of Londrina /UEL. Londrina (PR), Brazil. E-mail: crisbob@uel.br

CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO PENOSO NA ENFERMAGEM

Penoso é aquilo que causa pena ou sofrimento; insalubre é característica daquilo que não é saudável, que origina doença; e periculosidade é o estado ou qualidade de ser perigoso.¹

O adicional de insalubridade e periculosidade para atividades trabalhistas está previsto nos Artigos 189 e 193 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). No entanto, existe uma “dificuldade de conceituação e classificação das atividades penosas.”^{2:12}

Profissionais de saúde humana, cujo trabalho demanda o contato permanente com pacientes ou com materiais utilizados que contenham microorganismos infectocontagiosos, podem receber o adicional de insalubridade. Este incide sobre o salário mínimo da região e equivale aos graus máximo (40%), médio (20%) ou mínimo (10%).

Na prática, dever-se-iam concentrar esforços para a eliminação ou a neutralização dos riscos, o que resultaria na cessação do pagamento do adicional respectivo.

Há diversas condições ou atividades laborais sob as quais incide esse adicional devido à existência dos riscos no ambiente de trabalho. No trabalho de enfermagem, podem-se citar os riscos biológicos, os químicos e os físicos (radiação ionizante). As diretrizes básicas para a proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores estão determinadas nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e do Emprego, particularmente na NR 32.

A avaliação pericial, por profissional habilitado, comprovará a eliminação ou neutralização da insalubridade. Assim, depois de tomadas as medidas preventivas individuais

e coletivas, se constatado que o risco ainda é iminente, o trabalhador receberá o adicional de insalubridade.

No entanto, o pagamento e consequente recebimento desses adicionais podem conduzir a uma falsa percepção de justiça para ambos: tanto para o trabalhador (que faz jus e usufrui) quanto para o empregador (que concede). Podem ocorrer, assim, falhas na implantação de medidas preventivas e para a obtenção de melhorias nas condições e no ambiente do trabalho.²

As análises de riscos nos ambientes de trabalho podem ser qualitativas ou quantitativas, dependendo de qual é o risco e de como é feita tal avaliação.

O trabalho da enfermagem engloba, além dos riscos citados, os de acidentes e os ergonômicos; nesses últimos³ incluindo o esforço físico intenso, trabalho em turnos e noturno, jornadas de trabalho prolongadas, repetitividade e outras situações de estresse físico ou psíquico.

Considerando o exposto afirma-se que a atividade profissional de enfermagem abrange muito mais riscos do que aqueles normalmente periciados, analisados e citados nos ambientes laborais. Há convivência constante com a dor, o sofrimento e a morte das pessoas, entre outros.

Além disso, salientam-se as precárias condições de saúde e trabalho desses profissionais (falta e/ou qualidade de materiais e equipamentos, baixos salários com consequentes dupla ou tripla jornadas de trabalho). Situações que geram indubitavelmente o estresse físico, psíquico e, no longo prazo, doenças crônico-degenerativas.

Nesse contexto, esse trabalho de cuidado com a vida das pessoas concentra características comuns a um trabalho penoso,

insalubre e deveras periculoso, no sentido de que coloca em perigo aquilo pelo qual as pessoas mais zelam:sua própria vida.

Não basta definir e analisar os riscos para o recebimento de adicionais salariais. É premente que se realizem pesquisas para avaliar, de fato, todos os riscos que geram o estresse físico e psíquico presentes no trabalho das equipes de enfermagem e que se faça cumprir a legislação para melhores condições de trabalho.

CONSIDERATIONS ABOUT DISTRESSING WORK IN NURSING

Distress is that which causes pain or suffering; insalubrious is something that is not healthy, that originates disease; and hazardous is the state or quality of being dangerous.¹

Hazard pay for dangerous occupational activities is determined in Articles 189 and 193 of the Consolidation of Labor Laws (CLT). However, there is a "difficulty of conceptualization and classification of distressing activities."^{2:12}

Human health professionals - whose work requires the continuous contact with patients or with used materials containing infectious and contagious microorganisms - may receive hazard pay.This compensation is based on the minimum wage of each region and is subdivided into three degrees: maximum (40%), medium (20%) or minimal (10%).

In practice, efforts should be centered on eliminating or neutralizing risks, which would result in the cessation of the payment of such compensation.

There are several working conditions or activities for which hazard pay is authorized due to the existence of risks in the workplace. In nursing work environments, we can cite biological, chemical and physical (ionizing radiation) risks. The basic guidelines for the protection of the health and safety of workers are covered in Regulatory Standards (NRs) of the Ministry of Labor and Employment, particularly in the NR 32.

An expert assessment by a qualified professional will attest to the elimination or neutralization of insalubrity. Thus, after individual and collective preventive measures have been taken, if it is found that the risk is still imminent, the employee will receive hazard pay.

Nevertheless, the payment and receipt of such compensation may lead to a false perception of justice both by the employee (who deserves and benefits from it) and the

employer (who grants it). Thus, faults may occur in the implementation of preventive measures and measures for obtaining improvements in working conditions and in the work environment.²

The analysis of risks in the workplace can be qualitative or quantitative, depending on what is the risk and how such assessment is made.

Other than the risks already mentioned above, the nursing work also encompasses accident and ergonomic risks. The latter⁽³⁾include intense physical effort, night and shift work, long working hours, repetitiveness and other situations of physical or psychological stress.

Considering the above, it can be said that the professional nursing activity encompasses many more risks than those normally assessed, analyzed and cited in working environments. There is constant interaction with the pain, suffering and death of people, among others.

Furthermore, these professionals have precarious health and working conditions (lack and/or poor quality of materials and equipment, low salaries with consequent double or triple work shifts). These situations undoubtedly generate physical and mental stress and, in the long term, may cause chronic degenerative diseases.

In this context, the work of caring for the lives of other people concentrates some characteristics that are common to a distressing, insalubrious and indeed hazardous work, given the fact that it endangers what people value most: their own lives.

It is not enough to define and analyze risks for the receipt of compensations. It is urgent that studies are conducted to truly assess all the risks that nursing teams are exposed to at work, and which generate physical and mental stress. Moreover, it is imperative to enforce compliance with the legislation in order to achieve better working conditions.

CONSIDERACIONES SOBRE EL TRABAJO PENOSO EN ENFERMERÍA

Penoso eslo que causa pena o sufrimiento; insalubre es característica de lo que es malsano, origina enfermedad; y peligrosidad es el estado o cualidad de ser peligroso.¹

El adicional de insalubridad y peligrosidad para actividades laborales está previsto en los artículos 189 y 193 de la Codificación de las Leyes Laborales (CLT). Sin embargo, hay una "dificultad de conceptualización y clasificación de las actividades penosas."^{2:12}

Los profesionales de la salud humana, cuyo trabajo requiere el contacto continuo con pacientes o con materiales que contienen microorganismos infectocontagiosos, pueden recibir el adicional de insalubridad. Este se basa en el salario mínimo de la región y equivale a los grados máximo (40%), mediano (20%) o mínimo (10%).

En la práctica, se deberían concentrar esfuerzos para eliminar o neutralizar los riesgos, lo que también implicaría en la cesación del pago de tal adicional.

Hay varias condiciones o actividades laborales que pueden recibir este adicional debido a la existencia de riesgos en el ambiente laboral. En el trabajo de enfermería, se pueden mencionar los riesgos biológicos, químicos y físicos (radiación ionizante). Las directrices básicas para proteger la seguridad y la salud de los trabajadores están determinadas en las Normas Reguladoras del Ministerio de Trabajo y Empleo, particularmente en la NR 32.

La evaluación pericial, hecha por un profesional cualificado, permitirá comprobarla eliminación o neutralización de insalubridades. De ese modo, después que se hayan tomado las medidas preventivas individuales y colectivas necesarias, si se encuentra que el riesgo todavía es inminente, el trabajador recibirá el adicional de insalubridad.

Sin embargo, el pago y consecuente recibimiento de dichos adicionales pueden llevar a una falsa percepción de justicia, tanto para el trabajador (que tiene derecho y disfruta) como para el empleador (que concede). De ese modo, pueden ocurrir fallos en la implantación de medidas preventivas y para la obtención de mejoras en las condiciones de trabajo y en el ambiente laboral.²

Los análisis de los riesgos existentes en el ambiente laboral pueden ser cualitativos o cuantitativos, y dependen de cuál es el riesgo y de cómo se hace esa evaluación.

El trabajo de enfermería abarca, además de los riesgos ya mencionados, los riesgos ergonómicos y de accidentes. En los primeros³ se incluye el esfuerzo físico intenso, el trabajo en turnos y nocturno, las jornadas de trabajo prolongadas, la repetitividad y otras situaciones de estrés físico o mental.

Teniendo en cuenta lo anterior, podemos afirmar que la actividad profesional de enfermería abarca muchos más riesgos de los que normalmente son pericuidados, analizados y mencionados en los ambientes laborales.

Existe una interacción constante con el dolor, el sufrimiento y la muerte de las personas, entre otros factores.

Además, destacamos las precarias condiciones de salud y de trabajo de esos profesionales (falta numérica y/o de calidad de materiales y equipos, bajos salarios con consecuentes jornadas de trabajo dobles o triples). Estas situaciones sin duda generan estrés físico, mental y, a largo plazo, enfermedades crónico-degenerativas.

En este contexto, el trabajo de cuidar de otras personas concentra características comunes a un trabajo penoso, insalubre y verdaderamente peligroso, ya que pone en peligro lo que las personas en general más aprecian: su propia vida.

No es suficiente definir y analizar los riesgos para el recibimiento del adicional salarial. Es urgente llevar a cabo investigaciones para evaluar efectivamente todos los riesgos generados por el estrés físico y mental que está presente en el trabajo de los equipos de enfermería, además de hacer cumplir la legislación para lograr mejores condiciones de trabajo.

REFERENCE

1. Ferreira ABH. Coordenação de Ferreira MB e dos Anjos M. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa, 4a ed. Curitiba: Editora Positivo; 2009.
2. Silva MA. Adicional de atividades penosas. Biblioteca digital da Câmara dos Deputados. Brasília (DF): Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Biblioteca [Internet]. 2005 [cited 2014 June 10]. 14p. Available from: <http://bd.camara.gov.br>
3. Brasil. Ministério do Trabalho e do Emprego. Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho. Portaria 25 de 29 de Dezembro de 1994. [Internet]. 1994 [cited 2014 June 12]. 06 p. Available from: http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BEA44A24704C6/p_19941229_25.pdf

Correspondência

Maria Cristina Cescatto Bobroff
Avenida Robert Koch, 60
Vila Operária
CEP 86039-440 – Londrina (PR), Brasil